

CCDR e imobiliário querem melhorar cooperação e eficiência

Por forma a agilizar os processos urbanísticos, e para garantir a mais rápida retoma da economia e do imobiliário, a APPII e a CCDR – LVT reconhecem as dificuldades existentes e estão dispostas a trabalhar mais em conjunto. Estabilidade legislativa é fundamental **P08**

CCDR e imobiliário querem melhorar cooperação e eficiência

Por forma a agilizar os processos urbanísticos, e para garantir a mais rápida retoma da economia e do imobiliário, a APPII e a CCDR – LVT reconhecem as dificuldades existentes e estão dispostas a trabalhar mais em conjunto. Estabilidade legislativa é fundamental.

“Queremos fazer parte das estratégias da CCDR – LVT, trabalhamos em prol do mesmo bem, o das cidades, e neste caso da região de Lisboa”, afirmou Hugo Santos Pereira, vice-presidente executivo da APPII, durante o webinar “Iniciativas da CCDR – LVT no Âmbito da Retoma”, organizado pela associação, pela VI e pela Ci.

Teresa Almeida, Presidente da CCDR – LVT, foi a oradora convidada deste webinar, onde afirmou que “queremos mostrar que estamos atentos, disponíveis e com vontade de ser parte deste processo de retoma da economia e do setor”.

Na ocasião, reconheceu os problemas de morosidade do urbanismo na região, e acredita que “o somatório dos problemas resume-se na

instabilidade do quadro legislativo, nas interpretações da lei, na vetustez dos Planos Diretores, ou no pouco rigor dos projetos apresentados. O problema é de cada um dos intervenientes, com grau de responsabilidade distinto”.

A arquiteta considera que “a lei deve ser clara, e deve haver mais aposta na estabilização do quadro legislativo”. Para agilizar os processos, considera também que, nas autarquias, “deve haver uma aposta clara na atualização dos PDM, criando instrumentos estratégicos preparados para responder aos desafios colocados por um quadro nacional e internacional mais instável. As câmaras devem também disponibilizar mais informação online, para

facilitar a apreciação dos projetos, e garantir a formação e atualização dos seus técnicos”.

Mas está convencida de que “as morosidades não se resolvem só com recursos humanos, mas também com o projeto em si”. “Temos consciência que a falta de resposta ou resposta demorada é mal-entendida e que desincentiva o investimento. Esta é uma realidade que muitas vezes encontra também falta de rigor nas propostas apresentadas, que não ajudam a uma maior celeridade, o que não retira responsabilidade da administração pública”. Garante que “temos vontade de agilizar os processos, de ter uma abordagem mais direta”, para que a informação “seja rapidamente transmitida”.